



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Rodovia SC 484- Km 02, Fronteira Sul - Chapecó-SC, CEP 89.815-899, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2025

Processo Administrativo nº 23205.024892/2024-19

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 90028/2024

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS**, com sede na Rodovia SC 484 - KM 02, Bairro Fronteira Sul, na cidade de Chapecó/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 11.234.780/0001-50, neste ato representado pelo Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura Edivandro Luiz Tecchio, nomeado pela Portaria nº 749 de 01 de setembro de 2023, publicada no D.O.U de 04 de setembro de 2023, portador da matrícula funcional no 1822328, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 90028/2024**, publicada no D.O.U de 22/11/2024, processo administrativo n.º 23205.024892/2024-19, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1- DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **Aquisição de Consumíveis de Saúde**, especificados no item 1.1 do Termo de Referência, anexo II do edital de Licitação nº 90028/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
Endereço: ESTRADA BOA ESPERANCA, 2320 - FUNDO CANOAS - RIO DO SUL/SC
CNPJ: 00.802.002/0001-02
E-mail: licitacoes6@altermed.com.br – altermed@altermed.com.br
FONE: (47) 3520-9000
Representante Legal: MAICON CORDOVA PERREIRA

Nº Item	Descrição Item	Unid.	Quant.	Preço Unitário	Total do item
2	ADRENALINA, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 1MG/ML, AMPOLA DE 1ML	AMPOLA	200	R\$1,97	R\$394,00
12	AMPICILINA SÓDICA, FRASCO DE 1,0 G	FRASCO	50	R\$7,18	R\$359,00
15	ATADURA CREPOM Nº12	ROLO	240	R\$0,97	R\$232,80
16	ATADURA CREPOM Nº15	ROLO	240	R\$2,50	R\$600,00
17	ATADURA CREPOM Nº20	ROLO	130	R\$3,67	R\$477,10
18	ATADURA ELÁSTICA/BANDAGEM	UNIDADE	50	R\$2,84	R\$142,00
23	BANDEJA INOX 30X20X4CM, USO HOSPITALAR	UNIDADE	1	R\$104,18	R\$104,18

26	BOLSA PARA COLETA DE SANGUE SIMPLES DE 500 ML	UNIDADE	60	R\$35,32	R\$2.119,20
41	CATETER INTRAVENOSO, PERIFÉRICO, TAM. 18G	UNIDADE	500	R\$0,75	R\$375,00
42	CATETER INTRAVENOSO, PERIFÉRICO, TAM. 20G	UNIDADE	1500	R\$0,75	R\$1.125,00
49	CEFTRIAXONA, FRASCO-AMPOLA 1,0 G	FRASCO	150	R\$6,38	R\$957,00
52	CITRATO DE FENTANILA 50MCG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA DE 10 ML	FRASCO	10	R\$6,06	R\$60,60
61	CLORIDRATO DE DOBUTAMINA, SOLUÇÃO INJETÁVEL 12,5MG/ML, AMPOLA DE 20ML	AMPOLA	20	R\$10,46	R\$209,20
63	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA, SOLUÇÃO INJETÁVEL 5MG/ML, AMPOLA COM 2ML	AMPOLA	100	R\$0,98	R\$98,00
64	CLORIDRATO DE MIDAZOLAM 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA DE 3 ML	AMPOLA	200	R\$2,55	R\$510,00
69	CLORIDRATO DE ROPIVACAÍNA 1%, AMPOLA DE 20 ML	AMPOLA	30	R\$19,69	R\$590,70

73	COLETOR DE MATERIAIS PERFUROCORTANTES, 13L, PCT. COM 10 UNID.	UNIDADE	10	R\$71,23	R\$712,30
78	COMPRESSAS DE GAZE, PACOTE COM 500 UNIDADES	PACOTE	202	R\$28,64	R\$5.785,28
81	CUBA RIM	UNIDADE	2	R\$94,97	R\$189,94
85	DIAZEPAM 5 MG/ML, AMPOLA DE 2 ML	UNIDADE	100	R\$1,05	R\$105,00
99	EQUIPO TRANSFUSÃO DE SANGUE	UNIDADE	20	R\$9,66	R\$193,20
106	FIO CIRURGICO PARA SUTURA, NYLON, 4-0, AGULHA, CX. C/ 24 UNID.	UNIDADE	5	R\$56,58	R\$282,90
107	FIO CIRÚRGICO PARA SUTURA POLIGLACTINA 910 1-0, CX. C/ 36 UNID.	UNIDADE	5	R\$380,16	R\$1.900,80
108	FIO CIRÚRGICO PARA SUTURA POLIGLACTINA 910 2-0, CX. C/ 36 UNID.	UNIDADE	15	R\$458,17	R\$6.872,55
109	FIO CIRÚRGICO PARA SUTURA POLIGLACTINA 910 3-0, CX. C/ 36 UNID.	UNIDADE	10	R\$417,94	R\$4.179,40

112	FIO CIRÚRGICO PARA SUTURA, NYLON, 2-0, AGULHA 1/2 CIR. TRG. 25MM, CX. C/ 24 UNID.	UNIDADE	10	R\$61,44	R\$614,40
113	FIO CIRÚRGICO PARA SUTURA, NYLON, 2-0, AGULHA 3/8 CIR. TRG. 25MM, CX. C/ 24 UNID.	UNIDADE	10	R\$31,42	R\$314,20
122	FIO DE KIRSCHINER 1,0 MM	UNIDADE	30	R\$14,99	R\$449,70
123	FIO DE KIRSCHINER 2,0 MM	UNIDADE	31	R\$14,99	R\$464,69
124	FIO DE KIRSCHINER 2,5 MM	UNIDADE	30	R\$14,99	R\$449,70
125	FIO DE KIRSCHINER 3,0 MM	UNIDADE	30	R\$23,27	R\$698,10
130	GAZE EM ROLO TIPO QUEIJO, 13 FIOS	UNIDADE	5	R\$82,40	R\$412,00
134	GLICOSE A 50%, AMPOLA COM 10ML	AMPOLA	300	R\$1,01	R\$303,00
137	HASTES FLEXÍVEIS (TIPO COTONETE), CAIXA COM 75 UNIDADES	CAIXA	16	R\$2,84	R\$45,44

153	LÂMINA ESTÉRIL PARA BISTURI, Nº 11, CAIXA C/ 100 UNID	CAIXA	5	R\$30,38	R\$151,90
161	LIDOCAÍNA 2%, SEM VASOCONSTRITOR, FRASCO DE 20ML	FRASCO	150	R\$8,21	R\$1.231,50
167	METRONIDAZOL (0,5%) 500 MG/100 ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	FRASCO	100	R\$8,60	R\$860,00
169	NOREPINEFRINA, AMPOLA 4ML	AMPOLA	50	R\$2,52	R\$126,00
170	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO, BOBINA DE 10 CM X 100 M	ROLO	20	R\$45,78	R\$915,60
171	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO, BOBINA DE 20 CM X 100 M	ROLO	5	R\$90,59	R\$452,95
172	PAPEL GRAU CIRÚRGICO PARA ESTERILIZAÇÃO, BOBINA DE 30 CM X 100 M	ROLO	18	R\$122,65	R\$2.207,70
177	PINÇA ANATÔMICA DISSECÇÃO P/ USO GERAL, 30 CM, COM SERRILHA	UNIDADE	10	R\$66,47	R\$664,70
181	PINÇA PONTA RETA E FINA (HISTOLÓGICA), 16 CM	UNIDADE	32	R\$26,13	R\$836,16

195	PVPI SOLUÇÃO DEGERMANTE, FRASCO DE 1 L	FRASCO	12	R\$43,66	R\$523,92
199	REANIMADOR MANUAL ADULTO COM MÁSCARA	UNIDADE	1	R\$198,91	R\$198,91
201	SACO DE RESÍDUO INFECTANTE, CAPACIDADE DE 100 LITROS, PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	35	R\$45,58	R\$1.595,30
202	SACO DE RESÍDUO INFECTANTE, CAPACIDADE DE 15 LITROS, PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	10	R\$16,73	R\$167,30
203	SACO DE RESÍDUO INFECTANTE, CAPACIDADE DE 200 LITROS, PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	20	R\$70,03	R\$1.400,60
204	SACO DE RESÍDUO INFECTANTE, CAPACIDADE DE 30 LITROS, PACOTE COM 100 UNIDADES, COR BRANCO LEITOSO	PACOTE	10	R\$22,49	R\$224,90
205	SACO DE RESÍDUO INFECTANTE, CAPACIDADE DE 50 LITROS, PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	13	R\$36,08	R\$469,04
206	SCALP, Nº 21	UNIDADE	200	R\$0,22	R\$44,00
207	SCALP, Nº23	UNIDADE	200	R\$0,22	R\$44,00

211	SERINGA DESCARTÁVEL, SEM AGULHA, 1ML	UNIDADE	6000	R\$0,17	R\$1.020,00
213	SERINGA DESCARTÁVEL, SEM AGULHA, 3ML	UNIDADE	3500	R\$0,16	R\$560,00
216	SOLUÇÃO ALCOOLICA DE CLOREXIDINA 0,5%, FRASCO DE 1 L	FRASCO	24	R\$16,50	R\$396,00
221	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9%, BOLSA DE SORO DE 500 ML	BOLSA	360	R\$6,27	R\$2.257,20
225	SOLUÇÃO INJETÁVEL DE RINGER COM LACTATO DE SÓDIO, BOLSA DE SORO DE 250 ML	BOLSA	350	R\$6,86	R\$2.401,00
226	SOLUÇÃO INJETÁVEL DE RINGER COM LACTATO DE SÓDIO, BOLSA DE SORO DE 500 ML	BOLSA	1000	R\$12,38	R\$12.380,00
231	SONDA NASOGÁSTRICA, LONGA, Nº06	UNIDADE	50	R\$0,88	R\$44,00
232	SONDA NASOGÁSTRICA, LONGA, Nº08	UNIDADE	50	R\$1,35	R\$67,50
233	SONDA NASOGÁSTRICA, LONGA, Nº10	UNIDADE	50	R\$1,02	R\$51,00

234	SONDA URETRAL Nº16	UNIDADE	20	R\$1,17	R\$23,40
235	SONDA URETRAL Nº18	UNIDADE	40	R\$1,55	R\$62,00
236	SONDA URETRAL, Nº 04	UNIDADE	100	R\$1,37	R\$137,00
237	SONDA URETRAL, Nº 06	UNIDADE	200	R\$1,39	R\$278,00
238	SONDA URETRAL, Nº08	UNIDADE	50	R\$1,37	R\$68,50
239	SONDA URETRAL, Nº10	UNIDADE	50	R\$1,35	R\$67,50
240	SONDA URETRAL, Nº12	UNIDADE	50	R\$0,84	R\$42,00
241	SONDA URETRAL, Nº14	UNIDADE	20	R\$0,74	R\$14,80
246	SULFATO DE MORFINA 10MG/ML, AMPOLA DE 1 ML	AMPOLA	200	R\$4,70	R\$940,00

248	TAMPA FÊMEA COM MEMBRANA AUTO-CICATRIZANTE	UNIDADE	200	R\$1,99	R\$398,00
251	TORNEIRINHA DE 3 VIAS	UNIDADE	500	R\$0,94	R\$470,00

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será a Universidade Federal da Fronteira Sul.

3.2 Além do gerenciador, NÃO HÁ órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. O licitante não poderá oferecer proposta inferior ao máximo previsto para a contratação;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o

fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de

mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou

de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Chapecó/SC, 6 de março de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

EDIVANDRO LUIZ TECCHIO

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO

Cadastro Reserva

Não houve manifestação de interesse dos licitantes para Cadastro Reserva na sessão do pregão 90028/2024.